

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS Nº 096/2021
PREGÃO PRESENCIAL N.º 049/2021

Pelo presente instrumento particular de contrato, vinculado ao Pregão Presencial n.º PG/GC 049/2021, de um lado, **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Marechal Castelo Branco, 979, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 77.819.605/0001-33, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. **NELTON BRUM**, brasileiro, divorciado, portador do CPF/MF n.º 840.502.099-34 e da Carteira de Identidade RG n.º 5.187.371-8 SSP/Pr, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **CLEVES MARTINS TOSTA - CONFECCOES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.187.783/0001-40, estabelecido na Rua Para, 1746 – Interlagos – Santa Helena-PR, neste ato representado por seu titular o Sr. **CLEVES MARTINS TOSTA**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG nº 6.926.670-3 SSP/PR e CPF nº 030.101.339-01, residente e domiciliado na Rua Para, 1746 - Interlagos – Santa Helena – PR, doravante denominado **CONTRATADO**, pelo presente instrumento particular têm justo e contratado o seguinte:

Cláusula Primeira – Do objeto: aquisição de cestas básicas, para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018).

Cláusula Segunda – Dos documentos aplicáveis - Para efeitos obrigacionais tanto o Pregão Presencial nº 049/2021, quanto a proposta adjudicada integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com /ele não conflitarem.

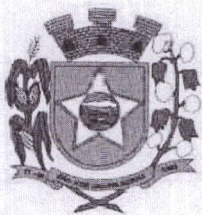
Cláusula Terceira: – Do preço, condições de pagamento – O preço será R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais) até término do contrato. As discriminações dos itens, quantidades, preços unitários, estão descritos no mapa comparativo em anexo. As faturas deverão serem protocoladas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias. Os pagamentos serão efetuados entre o dia 10 (dez) e o dia 30 (trinta) de cada mês, subsequente ao da entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal acompanhada dos seguintes documentos: 1) Laudo de entrega emitido pela Comissão Permanente Para Recebimento de Bens e Serviços; 2) Certidão Negativa de Débitos do Federal/INSS; 3) Certidão Negativa de Débito Municipais; 4) Certificado de Regularidade do FGTS da empresa; 5) Certidão Negativa de Débitos Estaduais. Não haverá reajustamento de preços durante a vigência do contrato.

Cláusula Quarta – Da duração e do crédito orçamentário - O presente contrato terá duração até 31 de dezembro de 2022, podendo ser prorrogado pela Administração. As despesas decorrentes deste contrato correrão a conta da seguinte dotação:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	3820	09.002.08.244.0012.2057	0	3.3.90.32.00.00	Do Exercício

CLEVES MARTINS
TOSTA:03010133
901

Assinado de forma digital
por CLEVES MARTINS
TOSTA:03010133901
Dados: 2021.12.22
14:38:44 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



Cláusula Quinta - Das penalidades - Em caso de inadimplemento a CONTRATADA estará sujeita as seguintes penalidades:

1. Adverência por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;
2. Suspensão do direito de participar de licitações realizadas pelo CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
3. Aplicação de multa no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato;
4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com este Município nos casos de falta grave, com comunicação aos respectivos registros cadastrais;
5. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Clausula Sexta: O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE se verificada a incidência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único: Em caso de rescisão, deverão ser observadas as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Sétima: a CONTRATADA não poderá ceder o presente contrato, no todo ou em parte, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do CONTRATANTE.

Cláusula Oitava: a Contratada se obriga a entregar as mercadorias no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com endereço na Rua João Batista das Chagas nº 991. Centro – São José das Palmeiras-PR, no prazo máximo de 07 (sete) dias a contar do solicitação do Município, acondicionada em embalagens contendo kits individuais conforme descritos no Temo de Referência e Anexo I do Pregão Presencial nº 049/2021.

Parágrafo Primeiro: a solicitação será efetuada pela Secretaria de Assistência Social do Município de São José das Palmeiras, através de requisição devidamente assinada, a qual será encaminhada via 'fax-símile' e/ou e-mail, iniciando o prazo de entrega a partir do recebimento da solicitação.

Parágrafo Segundo: fica vedado à contratada a cobrança de custos de frete e/ou adicionais a qualquer título.

Parágrafo Terceiro: o Contratante poderá adquirir quantidade inferior à indicada no Anexo I do edital do Pregão Presencial, sendo aquela mera estimativa máxima, não obrigando à aquisição total da quantidade.

Parágrafo Quarto: a CONTRATADA fica obrigada a substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, eventual produto entregue que não atenda às especificações.

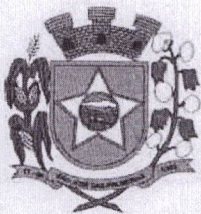
Cláusula Nona - A fiscalização da execução do CONTRATO será exercida pelo servidor, **Sra. Isabela Aparecida Arboleya**, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no edital e na proposta da CONTRATADA. Em caso de eventual irregularidade,

CLEVES MARTINS

TOSTA:030101339

01

Assinado de forma digital por
CLEVES MARTINS
TOSTA:03010133901
Dados: 2021.12.22 14:38:59
-03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33



inexecução ou descontinuidade na execução do CONTRATO, o agente fiscalizador dará ciência ao CONTRATANTE do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas da CONTRATADA para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do CONTRATO, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Décima - Das alterações - As alterações do presente instrumento somente se tornarão válidas quando efetuadas através de Termo Aditivo, que passará a fazer parte do presente.

Cláusula Décima Primeira – Da Fraude e da Corrupção - Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

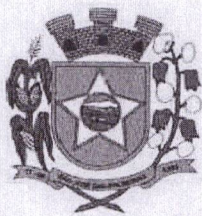
Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;
- c) **“prática colusiva”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas e inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção

2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou

CLEVES MARTINS Assinado de forma digital
por CLEVES MARTINS
TOSTA:03010133 TOSTA:03010133901
901 Dados: 2021.12.22
14:39:13 -03'00'



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
CNPJ: 77.819.605/0001-33

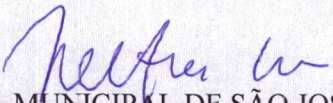


integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Cláusula Décima Segunda - Do foro - Fica eleito o foro da Comarca de Santa Helena para dirimir eventuais questões que não forem resolvidas na esfera administrativa.

E assim, por estarem justos e acordados firmam o presente em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

São José das Palmeiras, em 21 de dezembro 2021.


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
Contratante

CLEVES MARTINS
TOSTA:030101339
01

Assinado de forma digital por
CLEVES MARTINS
TOSTA:03010133901
Dados: 2021.12.22 14:00:47
-03'00'

CLEVES MARTINS TOSTA - CONFECCOES
Contratado

Testemunhas: _____

Testemunhas: _____



Estado do Paraná

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

CNPJ 77.819.605/0001-33



**EXTRATO DE CONTRATO Nº 096/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2021**

OBJETO: aquisição de cestas básicas, para atender o plano de assistência social do município de São José das Palmeiras – PR (conf. Lei Municipal nº 604/2017 de 09 de novembro de 2017, Lei Municipal nº 619/2018 de 08 de novembro de 2018).

CONTRATANTE: Município de São José das Palmeiras.

CONTRATADO: CLEVES MARTINS TOSTA - CONFECCOES

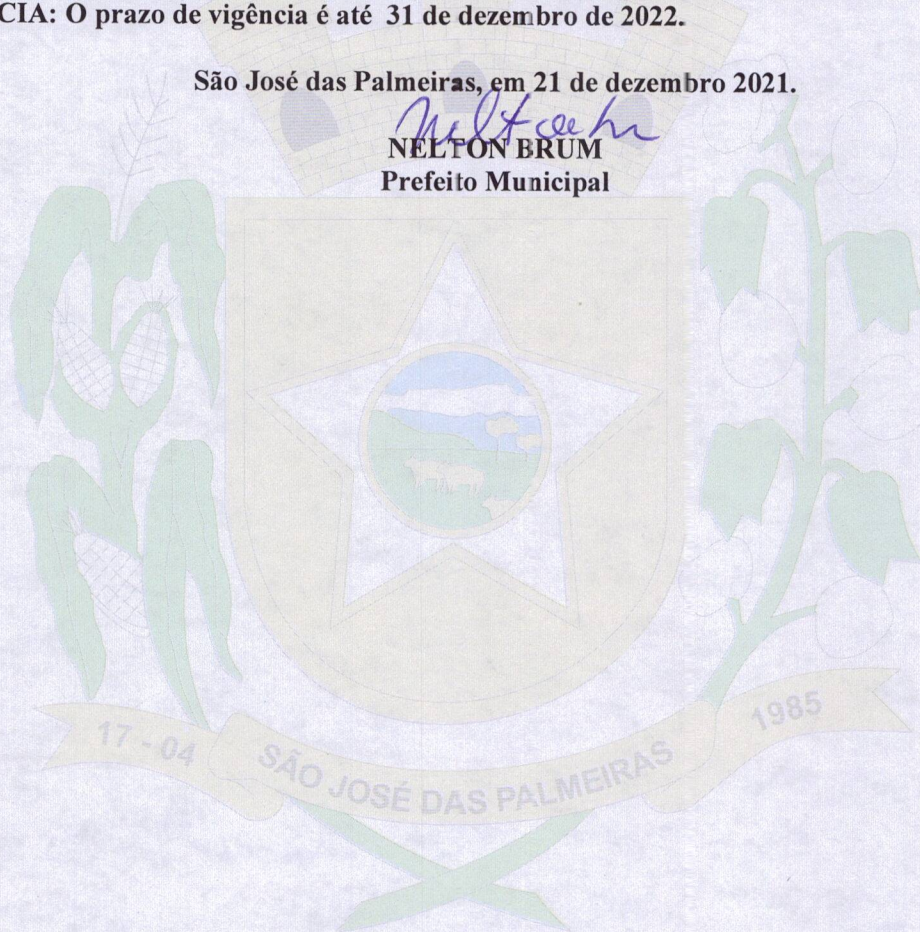
VALOR: R\$ 204.000,00 (duzentos e quatro mil reais) até término do contrato.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência é até 31 de dezembro de 2022.

São José das Palmeiras, em 21 de dezembro 2021.


NELTON BRUM

Prefeito Municipal



Município de São José das Palmeiras - 2021
Mapa da Licitação
Pregão 49/2021

Data abertura: 21/12/2021		Data julgamento: 21/12/2021		Data homologação:	
Produto	UN.	Quantidade	CNPJ: 02.711.128/0001-99 Preço	CNPJ: 41.191.505/0001-68 Preço	CNPJ: 06.187.783/0001-40 Preço
Lote 001 - Lote 001					
001 CESTA BASICA	UN	2.400,00	107,25	87,00	85,00 *
TOTAL GANHO DO FORNECEDOR					204.000,00
TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR					

